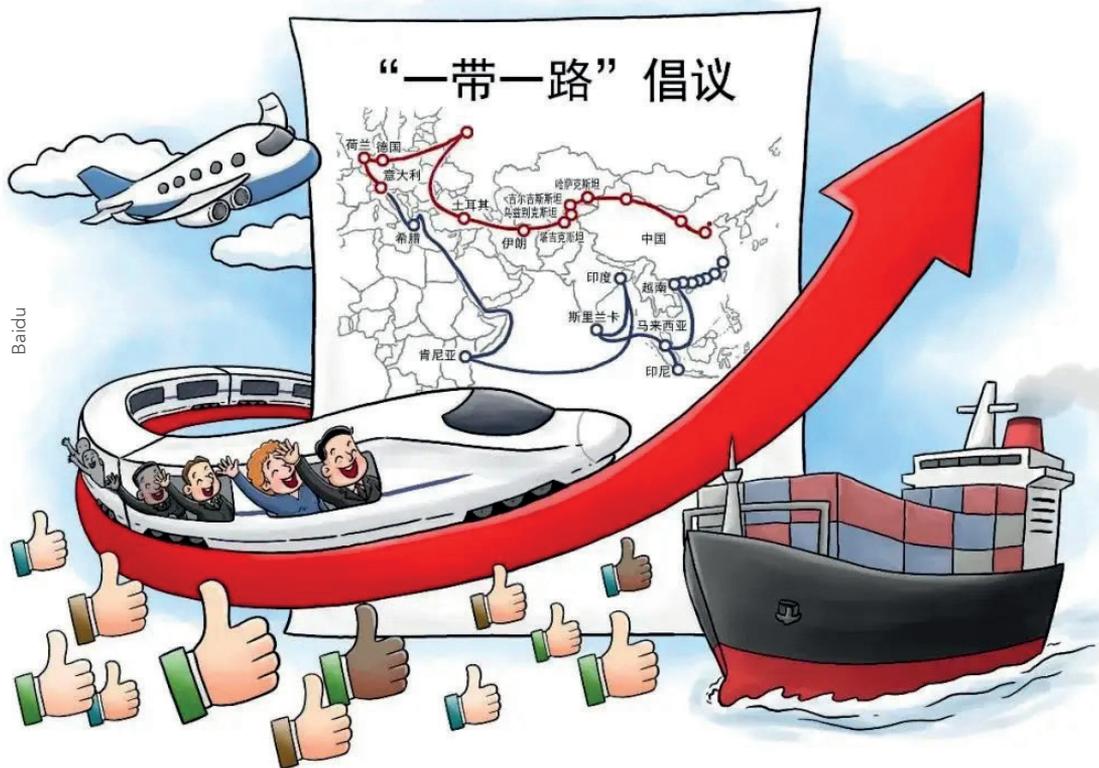


O papel da nova economia do projetamento para uma ordem multipolar

The role of the new projectment economy for a multipolar order

Rui Miguel da Cunha Campos*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.008>



Baidu

Charge chinesa destaca possibilidades de cooperação internacional da China

RESUMO

A partir do conceito de hegemonia, este artigo procura relacionar a dinâmica multipolar na ordem internacional com o projeto chinês de desenvolvimento nacional. O objetivo é descrever a situação interna chinesa — com a nova economia do projetamento — e encontrar uma síntese para a noção de hegemonia no atual contexto internacional. Pretende-se, com este exercício, dar um contributo para o aprofundamento do conhecimento teórico sobre o socialismo. Será feita uma breve contextualização histórica do processo chinês de desenvolvimento e, posteriormente, o artigo procurará introduzir um conjunto de conceitos de forma que seja possível encontrar uma síntese. Com esta contribuição, pretende-se acrescentar, ou iniciar, uma reflexão em torno do conceito de hegemonia nesta nova era multipolar. Conclui-se que existe espaço para uma análise mais aprofundada, que faça uso do método teórico-prático a partir de dados econômicos e militares, que são os pilares da hegemonia no espaço internacional.

Palavras-chave: Hegemonia. Multipolaridade. Socialismo.

ABSTRACT

Based on the concept of hegemony, this article seeks to relate the multipolar dynamics in the international order with the Chinese project of national development. We intend to describe the Chinese internal situation — with the new projectment economy — and find a synthesis for the concept of hegemony in the current international context. Our purpose is to contribute to the deepening of theoretical knowledge about socialism. A brief historical contextualization of the Chinese development process will be made in an initial section. Subsequently, the article will seek to introduce a set of concepts so that it can be possible to find a synthesis. With this contribution we intended to add, or begin, a reflection around the concept of hegemony in the new multipolar era. It is also concluded that there is possibility for a more in-depth analysis that combines the theoretical-practical method based on economic and military data, which are the pillars of hegemony in international space.

Keywords: Hegemony. Multipolarity. Socialism.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos, coletivamente, uma época de transição histórica em que crescem as tensões e contradições, de consequências imprevisíveis, mas na qual existe espaço para a superação dialética. Chamemos-lhe época da transição multipolar. O que significa isso? Em primeiro lugar, pode-se afirmar que a hegemonia estadunidense tem perdido a sua capacidade absoluta no plano econômico, militar e, até certo ponto, político-cultural (Desai, 2015). A multipolaridade constitui-se, portanto, a partir do declínio relativo da ordem atlântica.

Em segundo lugar, outros países — entre eles a China — assumem um papel de destaque no plano internacional, algo intrinsecamente ligado à formação da multipolaridade. A República Popular da China, país que historicamente integra o Sul Global, tem construído o seu processo de desenvolvimento nacional num contexto internacional que, desde a fundação do país, foi-lhe adverso. Em decorrência de decisões de âmbito interno e do aproveitamento das contradições do sistema internacional, a China é hoje uma potência regional e, cada vez mais, um país com peso global.

A multipolarização é um processo. A ordem multipolar que está em construção não é homogênea e não encontra apenas na China os seus motores. Corresponde, sim, à necessidade objetiva que os países do Sul Global, mas não só eles, têm de afirmar os seus projetos nacionais e a sua soberania. Não é homogênea porque encontramos, nessa nova ordem em construção, uma variedade de projetos nacionais, cada um com a sua historicidade e contradições.

Em todo o caso, é possível encontrar uma universalidade em todas essas particularidades. Essa universalidade é, pois, a procura de desenvolvimento. A multipolarização constitui-se com base em um projeto de desenvolvimento nacional, em contradição com o modelo ainda hegemônico de periferação do Sul Global.

Este artigo pretende oferecer uma concepção sobre o papel da hegemonia num quadro mundial marcado pela multipolarização, e considerando as características da formação social complexa da China e do metamodo de produção. É objetivo central do artigo discutir o conceito de hegemonia sob uma perspectiva dialética e revolucionária.

2. NOÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO

A trajetória da China, enquanto país do Sul Global, é enquadrada historicamente naquilo que foi o Século da Humilhação, mas também no longo processo que culminou com a Revolução de 1949. Desde a entrada de tropas estrangeiras em seu território e a imposição de tratados desfavoráveis até a tomada de poder pelo Partido Comunista Chinês, a história do país pode ser observada a partir das diferentes contradições que existiam na sociedade chinesa. A dominação estrangeira (Mühlhahn, 2019, p. 91-94) e seus efeitos iniciaram-se com as Guerras do Ópio. Entre 1839 e 1860, a China enfrentou duas guerras de invasão e foi forçada a assinar acordos de rendição com condições extremamente desfavoráveis.

Duas guerras, e a subsequente pilhagem estrangeira de recursos e soberania, que tiveram consequências econômicas, sociais e políticas. Com uma classe dominante estagnada, incapaz de promover as mudanças necessárias, o país passou por uma fase marcada por um conjunto de conflitos (a Rebelião Nian, a Rebelião de Taiping, a conseqüente guerra civil) que contribuiu para o agravar da situação nacional.



Ilustração retrata uma batalha das Guerras do Ópio (1839-1860), dois conflitos entre a Grã-Bretanha e a China que resultaram no declínio do Império Chinês

Após esse período, o país entrou numa época um pouco mais estável, ainda que as contradições se mantivessem vivas, com a China a sofrer os efeitos de um conjunto de tratados que estipulavam obrigações desiguais e de um modelo político-econômico que não permitia o rompimento com as cadeias imperialistas, além das sucessivas guerras e conflitos locais. O contato, ainda que de uma forma colonial e imperialista, com a tecnologia ocidental, permitiu à China concluir que precisava se modernizar não só no plano material, mas também nas concepções teóricas que orientavam o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o contributo de Bastid-Bruguière (1980) é importante para compreender as transformações que foram ocorrendo na sociedade chinesa durante o período final da dinastia Qing (1636-1912). A autora fala de mudanças no plano militar — modernização de equipamento e de métodos e substituição e renovação de lideranças —, que foram impulsionadas, ainda mais, pela Guerra Sino-Japonesa e a conseqüente derrota da China, que novamente foi forçada a ceder partes do seu território, recuperadas apenas após a Segunda Grande Guerra. No plano econômico, a autora refere também o aparecimento de um conjunto de novos atores que se encontram inicialmente ligados aos comerciantes estrangeiros, mas que progressivamente adquirem uma dinâmica própria e até autonomia. Ainda assim, refere Lasek (1980) que a burguesia, enquanto classe, só aparece nos últimos cinco anos da dinastia.

A jovem república herdou um país dividido, sob o jugo de tratados neocoloniais e com uma economia largamente feudal, onde o capitalismo ainda dava os seus primeiros passos. Esse período fica marcado, no plano internacional, pelo eclodir das duas grandes guerras e também pela Revolução Bolchevique, que servirá de inspiração para a formação do Partido Comunista Chinês, uma das principais forças nascidas nesse período republicano, ao lado do Kuomintang.

A sociedade chinesa pós-1911 passou por um conjunto de mudanças quantitativas e qualitativas. A estrutura econômica, apesar de ter mantido a sua configuração semifeudal, permitiu o crescimento de alguma indústria nas zonas urbanas. Os movimentos populares e dos trabalhadores começaram a assumir um papel mais ativo, ainda que as suas reivindicações fossem sobretudo econômicas, não fazendo a ligação com a luta mais geral e política. Ao mesmo tempo, proliferaram focos de tensão e rebelião. O momento histórico que se seguiu fica marcado pela existência de diversos focos de poder militar (Fairbank; Feuerwerker, 1986; Wasserstorm, 2022). Apesar das mudanças políticas e sociais, no plano econômico a situação não sofreu alterações particularmente significativas. Persistiam os problemas que acompanhavam a China havia várias décadas, e em alguns casos — como na produção agrícola — verificou-se um agravar da situação. O baixo nível de produtividade agrícola, argumentam Grove e Esherick (1980), não permitiu, por sua vez, que fosse criado o excedente necessário para financiar a industrialização. No geral, a estrutura econômica — com a concentração de terra nas mãos de uma pequena minoria —, o baixo desenvolvimento tecnológico e a consequente produtividade aquém do necessário fomentaram uma situação que não só não permitia o desenvolvimento como também criava dificuldades de enorme envergadura para satisfazer as necessidades básicas da população. Durante esse período também teve início a Primeira Guerra Mundial, uma guerra para a qual a China foi atirada por pressão imperialista, e da qual saiu bastante prejudicada. Em face do que consideravam ser uma atitude passiva e de submissão, movimentos liderados por estudantes — o Novo Movimento Cultural e o Movimento Quatro de Maio¹ — reclamavam mudanças estruturais. A traição ocidental, a agressão japonesa e a inação do governo nacional eram a base para justificar uma rejeição do caminho seguido até então (Wasserstorm, 2022, p. 138-140).

A luta por poder e a tentativa de unificar o país marcaram grande parte da primeira metade do século XX no país. Diversos senhores da guerra passaram a exercer o poder nas regiões que controlavam, e a autoridade do governo central foi severamente diminuída. É também durante essa época que os dois grandes movimentos que visavam unificar a China nascem: o Kuomintang (KMT) e o Partido Comunista da China (PCCh), fundados em Xangai em 1919 e 1921, respectivamente. Política e militarmente, esses dois partidos enfrentaram-se de forma quase ininterrupta ao longo de sua história. Os períodos de trégua foram a guerra de libertação nacional e a Segunda Guerra Mundial, quando os dois polos de poder aceitaram cooperar, algo que encontrou o seu limite após a derrota do imperialismo japonês, com o KMT a procurar eliminar de vez o PCCh, o que acabou, na verdade, por resultar na vitória do Partido Comunista e a fuga de Chiang Kai-shek para a ilha de Taiwan.

Esta introdução muito breve à história da China anterior à Revolução de 1949 serve como base para compreender o longo processo de desenvolvimento nacional que essa interrupção histórica iniciou. A partir de 1º de outubro de 1949, tem início a construção do socialismo.

O texto “Sobre a democracia nova”, em larga medida, serve de guia para a política que foi construída nos primeiros anos da república. Tratava-se, efetivamente, de pôr em prática um projeto que fosse capaz de modernizar o país, de capacitá-lo no plano material e de afirmar sua soberania. Nesse sentido, como refere Bramall (2008, p. 86), a política socializante foi sendo aplicada de forma gradual. Não houve coletivização da agricultura e as nacionalizações também não avançaram a um ritmo acelerado. Durante os primeiros anos

¹ Sobre o Movimento Quatro de Maio, cf. Chow (1969).

As lições que se podem retirar do processo chinês são valiosas e podem ajudar também a repensar o funcionamento das sociedades ocidentais e a relação que estas têm com o restante do mundo. É paradigmático que, enquanto a China procura estabelecer uma cooperação internacional baseada em ganhos mútuos, o Ocidente se preocupa em fomentar guerras, golpes de Estado e terrorismo para manter a sua hegemonia

da revolução, entre 1949 e 1953, o Estado chinês conseguiu conter a inflação e lançar as bases para a transformação socialista da economia (Naughton, 2007, p. 64-65). O 1º Plano Quinquenal, de inspiração soviética, vigorou entre 1953 e 1957, e durante esse período, como explica Naughton (2007, p. 67), apesar da notória influência soviética, que se fazia sentir não só nas políticas, mas também pela ajuda material que ia chegando ao território, a economia da China ainda funcionava de uma maneira mista, havendo bastante produção privada, sobretudo no meio rural. É já no final do plano quinquenal, em 1956, que a política socializante se acentua, com um conjunto de medidas que visavam à coletivização e à nacionalização da produção industrial e rural.

Durante esse período, importa referir, tem lugar a Conferência de Bandung, e dela nasce o Movimento dos Não Alinhados. Um evento que terá profundo impacto naquilo que é a política externa da RPC e cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir. Essa primeira fase não gerou os resultados desejados pela liderança do PCCh, o que motivou o Grande Salto para a Frente (GSF). Tal estratégia correspondeu ao desejo do PCCh, sob a liderança de Mao, de aumentar a produção industrial. Isso implicou a redução na produção de bens de consumo, bem como a transferência de mão de obra rural para o setor industrial, o que por sua vez levou à redução da produção agrícola. Os resultados dessa linha política são sobejamente conhecidos. Entretanto, no decorrer do GSF, deu-se a cisão sino-soviética, o que significou o fim da cooperação entre a China e a URSS, mas também da ajuda financeira e sobretudo técnica que o país dos soviéticos prestava à RPC.

Essa aceleração do processo acabou por ter o efeito contrário ao pretendido, e em 1961, após visitas de inspeção por parte de altas lideranças do PCCh, acaba a política do GSF. Apesar de, no geral, ter sido um falhanço, como afirma Bramall (2008, p. 139), a GSF permitiu que milhões de agricultores tivessem acesso a ferramentas e técnicas de produção industrial, um fator que irá ter importância a partir dos anos 1970 e, sobretudo, a partir das reformas de Deng Xiaoping (Cheng, 1971, p. 4). Nos anos subsequentes, assistiu-se a uma

reorientação política que permitiu, por exemplo, a abertura de mercados, dando a possibilidade aos produtores de vender. Fecharam-se fábricas ineficientes e instituíram-se ferramentas de incentivo material para os trabalhadores, como forma de aumentar a produção, numa lógica oposta à do voluntarismo anteriormente posto em prática. A China já não podia contar com a assistência soviética para o seu desenvolvimento, e a situação internacional comportava um conjunto de riscos, em particular a Guerra do Vietnã, com envolvimento do imperialismo estadunidense. Com o objetivo de proteger a soberania do país, e aproveitando as experiências do GSF, desenvolveu-se uma política — a Terceira Frente — de criação de indústrias em zonas montanhosas do interior.

Ainda durante essa fase foi posto em prática o Movimento de Educação Socialista, antecessor da Revolução Cultural. Esse movimento, como nota Meisner (1986, p. 273-277), foi uma tentativa, por parte de Mao, de combater aquilo que considerava serem “desvios burocráticos e capitalistas”. A Revolução Cultural foi uma nova tentativa de acelerar o processo de transformação social. A particularidade desse movimento foi a ênfase dada à questão cultural. Em outras palavras, era preciso construir o homem novo ao mesmo tempo que se construíam as forças materiais que libertariam o homem. Na ótica maoista, não era necessário esperar pelas condições objetivas. Em vez disso, as massas deveriam, a partir da sua subjetividade, impulsionar a transformação social.

A década de 1970 também foi palco de um conjunto de movimentações políticas internas, com disputas por poder e ensaios golpistas. Em 1972, a China restabelece relações diplomáticas com os EUA, sendo que, no ano anterior, já tinha recuperado o seu lugar nas Nações Unidas. É por essa altura que a política de abertura ao exterior se começa a desenhar, muito por iniciativa de Zhou Enlai e, mais tarde, Deng Xiaoping, antes de este ser afastado, em 1976. Efetivamente existia uma disputa pelo poder entre as facções do PCCh. Venceram os reformadores, e em dezembro de 1978, no 3º Plenário do 11º Comitê Central, é consagrado Deng Xiaoping como o novo líder máximo.

A nova liderança do PCCh considerou como tarefas fundamentais o desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento do socialismo. É, pois, frequente considerar que na China, após 1978, deu-se um processo de restauração capitalista e que o “milagre” econômico se deve à ação do mercado e não do Estado. Porém, ao contrário do que é induzido pelo pensamento dominante, esse foi um processo liderado pelo Estado chinês:

Retornando, assim, à contramão do pensamento hegemônico da grande maioria política, ideológica e acadêmica, acreditamos numa caracterização socialista do processo em curso na China. [...]al processo é caracterizado pela centralidade de uma superestrutura de poder diferente das existentes no centro e periferia capitalista do sistema, capaz de concentrar, pelo menos, duas ferramentas vitais à superação da anarquia da produção, a saber: (a) a propriedade sobre os setores estratégicos e com alto grau de monopólio da economia nacional; e (b) o planejamento (Jabbour, 2010, p. 33).

Apesar do processo de liberalização, da criação de um mercado, das privatizações e da abertura ao capital estrangeiro, o Estado manteve-se no comando da economia (Bramall, 2008, p. 463). Essa política é continuada por Jiang Zemin, sucessor de Deng Xiaoping. O seu período de governação fica marcado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001 — após a implementação de medidas que permitiram sua entrada na organização —, mas também pela recuperação de Hong Kong, em 1997,



Cerimônia de fundação da nação, de Dong Xiwen, pintura que retrata a proclamação da República Popular da China na praça da Paz Celestial, em 1º de outubro de 1949

e de Macau, em 1999, dois momentos de grande importância histórica para a China, que dava assim mais um passo para recuperar territórios que haviam sido roubados por forças imperialistas.

O aprofundar dessas políticas gerou, naturalmente, novas contradições no seio da sociedade chinesa. Essas novas contradições começarão a ser enfrentadas ainda durante a presidência de Jiang Zemin, mas é com a ascensão de Hu Jintao que nascem novas respostas aos problemas materiais do povo chinês — desigualdade social, poluição, corrupção — e às contradições relacionadas à necessidade de continuar no caminho do desenvolvimento. Isso significa, portanto, que o processo é ao mesmo tempo a causa e a solução das questões referidas.

Contradições como a dilapidação ambiental (Chen, J., 2007; Dong *et al.*, 2017; Fu *et al.*, 2007), a desigualdade de renda, a disparidade entre campo e cidade e a corrupção podem ser apontadas como as principais ameaças ao processo chinês na viragem do milênio e na chegada de Hu Jintao ao poder. Sucessivas mudanças quantitativas, que começaram a conhecer os seus limites históricos e exigiam, agora, mudanças qualitativas. Essas mudanças qualitativas encontraram uma expressão em ideias-chave como *sociedade socialista harmoniosa* ou *desenvolvimento científico*. Hu Jintao, no seu relatório ao 17º Congresso do PCCh, fala da importância de continuar o processo de desenvolvimento, mas com a acrescida necessidade de esse desenvolvimento ser feito de uma forma sustentável (Hu, 2007).

O governo de Hu Jintao dura até 2013, altura em que Xi Jinping assume o comando dos destinos da nação. No plano interno, a governação manteve e aprofundou o caminho para a sustentabilidade, e, quando se fala em desenvolvimento sustentável, não deve ser considerada apenas a questão ecológica, mas também, e sobretudo, a questão socioeconômica. Não poderá haver desenvolvimento sustentável sem a manutenção do crescimento quantitativo e qualitativo da economia.

Como devemos compreender as transformações que vêm tendo lugar? Partilhamos da opinião de Elias Jabbour e de outros, de que o que ocorre na China em termos de organi-

zação política, econômica e social corresponde a uma nova etapa da humanidade, e que, para compreender essa nova realidade material, são necessárias novas contribuições teóricas. As lições que se podem retirar do processo chinês são valiosas e podem ajudar também a repensar o funcionamento das sociedades ocidentais e a relação que estas têm com o restante do mundo. É paradigmático que, enquanto a China procura estabelecer uma cooperação internacional baseada em ganhos mútuos, o Ocidente se preocupa em fomentar guerras, golpes de Estado e terrorismo para manter a sua hegemonia.

3. NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E TRANSIÇÃO PARA UMA ORDEM MULTIPOLAR

3.1. HEGEMONIA: UMA INTRODUÇÃO

O propósito central deste artigo, na sua humilde contribuição, é procurar a relação entre a atual fase do processo de desenvolvimento da China, a política externa do país e o mundo multipolar. Para isso, integrar-se-á a este estudo uma reflexão acerca do conceito gramsciano de hegemonia.

Para Gramsci (1971), a hegemonia constitui-se na combinação entre o consentimento e a coerção. Para descrever essa dualidade do poder, o pensador italiano utiliza a alegoria do centauro – o ser híbrido da mitologia, mistura de homem e cavalo. Na visão de Lorenzo Fusaro (2019, p. 59), não se trata de afirmar a preponderância da coerção ou do consenso, mas sim de entender a natureza dialética desse centauro.

O centauro de Gramsci não deve ser conceituado como “meio homem, meio animal”, mas como uma síntese dialética entre os dois. [...] A hegemonia reconhecida como unidade dialética entre liderança e dominação não pode ser entendida como um oposto à dominação, nem a hegemonia pode ser entendida como possível “adição” à dominação.

Como mostra Gramsci, o processo de formação da hegemonia passa por diferentes etapas. Vejamos como o autor italiano procura traçar a evolução de um processo de formação de hegemonia e conquista do poder político à escala nacional:

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unir até que sejam capazes de se tornar um “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada com a da sociedade civil e, portanto, com a história dos Estados e grupos de Estados. Portanto, é necessário estudar: 1. A formação objetiva dos grupos sociais subalternos, pelos desenvolvimentos e transformações que ocorrem na esfera da produção econômica; sua difusão quantitativa e suas origens em grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e objetivos eles conservam por um tempo; 2. Sua filiação ativa ou passiva às formações políticas dominantes, suas tentativas de influenciar os programas dessas formações para pressionar reivindicações próprias e as consequências dessas tentativas na determinação do processo de decomposição, renovação ou neoformação; 3. O nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, destinados a conservar o consentimento dos grupos subalternos e a manter o controle sobre eles; 4. As formações que os próprios grupos subalternos produzem para pressionar reivindicações de caráter limitado e parcial; 5. Essas novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas dentro do antigo quadro (Gramsci, 1971, p.52, tradução nossa).

Não se trata de caracterizar a multipolarização como o fim do poderio estadunidense, mas como uma reconfiguração do espaço internacional em torno de novas centralidades. Essa reconfiguração tem levado, e continuará a levar, ao aumento das tensões entre os países emergentes e os países dominantes, que, perante uma crescente incapacidade em enfrentar as suas contradições internas, procurarão uma saída para as crises através do conflito e da guerra

Conforme podemos depreender, a hegemonia amadurece atravessando diferentes fases. Num primeiro momento, as classes subalternas se encontram sob influência não só política, mas também ideológica das classes dominantes. Algo a que alude Palácio de Azevedo (2025, p. 45):

Quando chegamos ao mundo, já pertencemos a um grupo social particular. Junto a ele, adquirimos ideias, práticas, valores e convicções, que são também de todos os indivíduos inseridos no mesmo modo de vida. Essa dimensão simbólica, contudo, é atravessada pelas assimetrias de classe que marcam a vida social. Os segmentos hegemônicos conseguem elaborar sua consciência de maneira mais sólida e menos fragmentada. Em primeiro lugar, porque sua experiência assenta-se em longa trajetória. Além disso, os grupos dominantes têm à sua disposição um enorme volume de recursos, incluindo quadros nas mais diversas áreas.

Em outras palavras, as contradições do modo de produção capitalista são a força dos grupos dominantes, mas são essas mesmas contradições que possibilitam a superação dialética do estado de coisas, desde que as classes subalternas tenham a capacidade de se constituir como poder político, aliando a evolução das condições objetivas à elevação de sua própria subjetividade. Isso nos leva a integrar à análise outro conceito: o de *bloco histórico*. Como refere Leandro Galastri (2009, p. 81), “o ‘bloco histórico’ de Gramsci [...] assume-se como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico”. É a partir deste bloco histórico hegemônico que se gera, pelas contradições, a possibilidade de um bloco histórico contra-hegemônico. Serafettin Yilmaz (2014) faz uma interessante transposição do conceito em sua ótica original para o espaço internacional, ao elencar as diferentes etapas do processo

hegemônico (corporativo, classista e político), ligando-as ao momento histórico contemporâneo no plano global.

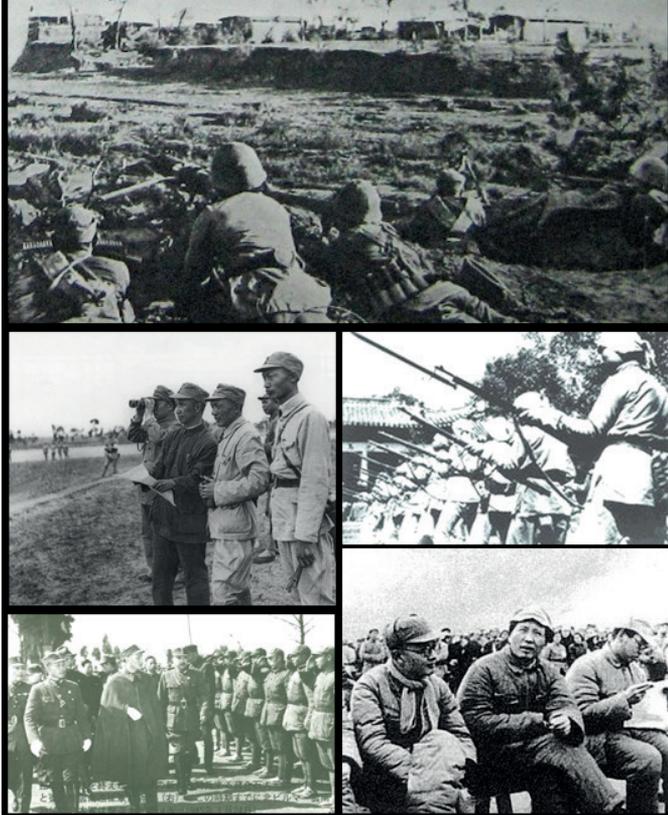
Sobre a relação entre os planos nacional e internacional, importa indagar qual deles teria precedência na constituição da hegemonia. Nesse aspecto, a obra gramsciana é objeto de diferentes interpretações. Autores como Antoniades (2008; 2018); Bieler, Bruff e Morton (2015); Femia (2005); Ives e Short (2013); Fusaro (2019); Gil e Law (1993); Morton (2003; 2007) e Shilliam (2004) variam, na sua análise, entre um foco na transnacionalidade ou na centralidade da nação no processo de formação da hegemonia, havendo ainda espaço para trabalhos que procuram consensualizar ambas as visões. Haverá uma base nacional ou, na era da globalização capitalista, estaremos perante a pura transnacionalidade da hegemonia, à semelhança do que afirmam Hardt e Negri (2001)?

Seja como for, o fato é que, a propósito das classes dominantes e subalternas, Gramsci considera que, mesmo em caso de rebelião, as classes subalternas estão condicionadas à atividade das classes dominantes (1971, p. 55). Se extrapolarmos essa visão para a esfera internacional, verificaremos que os países, mesmo empreendendo processos soberanos e independentes, encontram-se condicionados ao modo de produção dominante. Não basta, portanto, apesar de ser esta uma condição essencial, que um país ou nação encete um caminho alternativo. É preciso superação, numa escala maior, da subordinação inerente às relações de tipo capitalista e imperialista. E essa superação é um processo previsivelmente demorado², que envolve diferentes fases, como veremos adiante.

Na visão de Cox (1983), a hegemonia, no plano internacional, é uma ordem no âmbito de uma economia mundial e com um modo de produção dominante, e este influencia de forma determinante todos os países. O termo *príncipe moderno*, que na concepção de Gramsci se referia ao partido revolucionário, capaz de levar adiante a política historicamente necessária, mobilizando as forças sociais existentes e atribuindo-lhes um caráter revolucionário, pode ser utilizado nas relações internacionais? Não existe, no momento presente ou como perspectiva, um partido ou uma organização que agregue um conjunto suficiente de forças sociais capaz de assumir o poder político no espaço internacional. Como alternativa, propomos falar de uma multiplicidade de príncipes modernos, de índole diversa e até contraditória, que, pela sua natureza e posição histórica, constituem-se objetivamente favoráveis à reformulação da ordem internacional.

Partimos do pressuposto de que a época atual é marcada pela necessidade de transição a um modelo de desenvolvimento que inclua a questão do planejamento na lista de prioridades. Essa necessidade torna-se mais evidente se considerarmos os diversos problemas que assolam a humanidade, com particular incidência sobre os povos do Sul Global. Aos príncipes da era moderna cabe a tarefa política, de grande envergadura, de conseguir a mobilização de forças sociais e de as dirigir com sucesso. Não é concebível uma fórmula política capaz de agregar países que, apesar da unidade objetiva, têm realidades bastante diferentes e perspectivas distintas sobre o modelo de sociedade a construir internamente. A unidade possível é aquela que diz respeito à estrutura da ordem internacional e à dinâmica de luta de classes, e é nesse sentido que o combate político, o combate pela hegemonia é travado.

² Gramsci (1971, p. 177, tradução nossa) refere: “Dois princípios devem orientar a discussão: 1) nenhuma sociedade deve impor-se tarefas para cuja realização as condições necessárias e suficientes não existam ou ao menos não comecem a surgir e a desenvolver-se; 2) nenhuma sociedade se desagrega e pode ser substituída antes de ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações internas.”



Cenas da Guerra Civil Chinesa, conflito que ocorreu na China entre 1927 e 1949, envolvendo o Partido Nacionalista Chinês (KMT), liderado por Chiang Kai-shek, e o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado por Mao Zedong. Foi um período de intensa luta e violência, com diferentes fases e períodos de guerra e paz, que culminou na vitória comunista e na formação da República Popular da China

Enquanto processo, a hegemonia passa por diferentes fases até alcançar a fase de maturação, se assim quisermos chamá-la. Argumenta Fusaro (2019, p. 83) que esse processo começa com a transformação em nível nacional, com o alcançar de poder político, o que reforça a ideia do estudo das particularidades de cada Estado na compreensão da sua política externa. Posteriormente, continua o autor, no espaço internacional a hegemonia torna-se fundamental para a continuação da acumulação de capital e segue um conjunto de fases — econômica, militar e política — até se tornar uma hegemonia plena. Mas o que caracteriza um Estado hegemônico? Fusaro, a partir de Gramsci, põe em evidência pontos importantes para determinar a hierarquia de poder entre Estados: a extensão do território, considerando-se a população de um país; o poderio econômico; o poder militar, que é uma síntese dos dois anteriores; finalmente, a posição ideológica que um país assume diante da história, ou seja, se ele representa as forças progressistas (Fusaro, 2019, p. 78).

Fusaro, na sua exposição sobre hegemonia, procura integrar também o conceito de imperialismo. Argumenta o autor que um Estado hegemônico é um Estado imperialista (Fusaro 2019, p. 130). Se a hegemonia é necessária para a reprodução capitalista, então como poderemos situar a China em termos de modelo econômico-social? Para o autor, a China é uma economia capitalista com hegemonia regional. Seguindo a lógica de Fusaro, de que a China é uma economia capitalista, chegaremos a uma situação de classificar o país, em última análise, como imperialista, pois é essa a última etapa de um país capitalista. Será essa a única possibilidade de análise?

Considerando o parágrafo anterior, é possível utilizar uma outra perspectiva para analisar a questão. Jabbour, Dantas e Vadell (2021), num artigo publicado recentemente, dão-nos uma pista importante para iniciar a pesquisa ao relacionarem o surgimento de uma “nova formação econômico-social” — o socialismo de mercado — com a Nova Rota da Seda. Fazendo a tal correspondência entre o aspecto nacional da política e seu reflexo internacional, os autores procuram demonstrar que a China entra numa nova fase do seu

processo de desenvolvimento e que, no plano internacional, a grande evidência disso é a Nova Rota da Seda.

Conforme essa corrente de análise, ou perspectiva teórica, e com particular atenção ao caso da China, as obras analisadas consideram a questão da hegemonia a partir de alguns pontos: a formação de hegemonia começa no campo econômico, e só depois passa para a seara política e militar; a hegemonia é uma questão nacional, ou seja, é exercida no plano nacional primeiramente, e só depois, se houver as condições para tal, é que haverá um exercício na esfera internacional. Enquadramos tanto o trabalho de Rucki (2011) como o de Fusaro (2017) nesse campo. A par da formação de hegemonia, encontramos, em ambos os trabalhos, uma atenção particular à questão do modelo de desenvolvimento da China. É esse, aliás, um dos pontos em que acreditamos que pode ser dado um novo contributo. Trata-se, portanto, de definir uma formação social que, pela sua complexidade, obriga-nos a repensar determinados conceitos e ideias. E é nesse ponto que aqueles dois trabalhos acabam por entrar em esquemas binários de análise, ao optarem por fechar a questão em conceitos como *capitalismo de Estado*. Outro ponto importante, mencionado por ambos, diz respeito à caracterização da ordem internacional e ao papel que a China tem nessa ordem. De um lado, Rucki (2011) questiona se a crise capitalista de 2008 foi o prelúdio para a constituição de uma nova ordem. Fusaro (2017), por sua vez, considera que a China ainda está longe de se tornar uma potência hegemônica em termos mundiais, e que goza desse estatuto no plano regional. Essa discussão deverá levar-nos a procurar entender melhor a relação dialética entre o desenvolvimento nacional da RPC, a sua integração na ordem liberal e a consequente formação de uma outra ordem, paralela à dominante, multipolar. Li e Zhang (2018) consideram, por exemplo, que a problemática é mais bem entendida se usarmos o conceito de hegemonia interdependente, com base no qual encontramos, na ótica dos autores, uma relação de competição-cooperação da China e de outros países emergentes com os países que ainda mantêm uma hegemonia relativa, e não absoluta.

3.2. A ORDEM INTERNACIONAL

As relações de hegemonia entre Estados-nação estabelecem-se numa ordem internacional concreta, como vimos anteriormente. São consequência de um conjunto de leis do próprio modo de produção, como a tendência à concentração de riqueza e a consequente desigualdade ou a necessidade constante de expansão que o capitalismo tem — primeiro internamente, e mais tarde para fora das fronteiras do Estado, na sua fase imperialista. É também a partir das contradições do capitalismo e das suas crises que nascem oportunidades de superação do atual sistema hegemônico. Tal não significa, como também já aqui vimos, que a contradição é automaticamente uma condição para o progresso. Existem diversas formas de gerir contradições, e nem todas passam pela superação dialética e transformadora: a realidade capitalista trata de demonstrar que o próprio sistema tem encontrado diversas formas³

3 “Algo de semelhante se poderia acrescentar — adito em 2011 —, no que toca à identidade na diferença, correspondente aos novos desenvolvimentos decorrentes da reentronização remozada do paradigma liberalista de um manchesterismo agora achicagaçado, da implosão do socialismo como bloco organizado de efetivo poder (abrindo as asas aos mais ousados voos de uma imaginação reencontrada), das reconfigurações expansivas (na ordem mundial) um traço constitutivo do capitalismo que, com larga antecipação, já Marx não deixara de entrever, mesmo no *Manifesto*, sob as roupagens engalanadas da ‘globalização’, das guerras pelo hegemonismo em clave de unipolaridade ordenante [...]” (Moura, 2012, p. 179-180)

— pela via da coerção também — de sobreviver. Esse fato, porém, não apaga as contradições, nem as resolve. A expansão constante do capitalismo é, dialeticamente, uma condição que dita, através da tendência da taxa de lucro em cair, a impossibilidade de expansão. Além disso, devemos mencionar que a concentração de riqueza e a pauperização da classe trabalhadora e demais classes não monopolistas leva, progressivamente, a uma situação de crise do capitalismo (Marx, 1997, p. 715-717). A literatura identifica alguns fatores fundamentais, e que se encontram inter-relacionados, para explicar e compreender a natureza das crises do sistema capitalista: superprodução e subconsumo, tendência da taxa de lucro em diminuir e anarquia da produção (Chattopadhyay, 2016; Giacché, 2011; Maniatis, 2012).

3.3. MULTIPOLARIDADE E METAMODO DE PRODUÇÃO (MMP)

Kellogg (2015) avança com uma proposta bastante interessante para se entender o que é a multipolarização e quais as bases desse processo. Entende o autor que a base do processo é a economia e que a análise deve ser feita através da teoria do desenvolvimento desigual e combinado formulada por Leon Trótski e ressuscitada por Radhika Desai⁴. Desai (2015), por sua vez, considera que a multipolaridade, ou pluripolaridade, é consequência da dialética entre o desenvolvimento desigual e o combinado, em que o último prevalece. Esse longo processo desenrolou-se ao longo de diferentes ondas, tendo como marcos fundamentais a Revolução de Outubro e, mais tarde, a Revolução Chinesa. É a partir do desenvolvimento combinado, afirmou Trótski, que os países em busca de desenvolvimento podem assimilar as técnicas mais avançadas sem a repetição dos ciclos e padrões do passado capitalista⁵. O mundo multipolar, enquanto realidade e processo, é caracterizado pela emergência de novos polos de poder, mas também pela manutenção dos polos existentes, nomeadamente as potências ocidentais. Não se trata de caracterizar a multipolarização como o fim do poderio estadunidense, mas como uma reconfiguração do espaço internacional em torno de novas centralidades. Essa reconfiguração tem levado, e continuará a levar, ao aumento das tensões entre os países emergentes e os países dominantes, que, perante uma crescente incapacidade em enfrentar as suas contradições internas, procurarão uma saída para as crises através do conflito e da guerra.

Enquanto realidade, a multipolaridade resulta de décadas de desenvolvimento quantitativo e qualitativo, mas também, como afirma Desai (2015), da incapacidade do Ocidente — influenciado por correntes neoliberais — em resolver as grandes contradições do capitalismo. Enquanto processo, que é sempre parte integrante da realidade, a multipolaridade encontra diferentes expressões em iniciativas de âmbito regional e global, sendo que a

⁴ “Conforme o desenvolvimento desigual e combinado [*uneven and combined development* — UCD], o desenvolvimento capitalista é inerentemente desigual, concentrado em países e regiões específicos. Assim como o capitalismo cria desigualdade de classes nas sociedades, ele cria desigualdade entre regiões, e assim, tal como a luta de classes na política interna, também há luta entre nações. Ao contrário de formulações banais de relações internacionais “realistas” sobre as eternas lutas interestatais, de acordo com o UCD a luta internacional é especificamente capitalista. As nações capitalistas mais avançadas procuram manter e ampliar as desigualdades e, portanto, sua capacidade de externalizar as consequências das contradições do capitalismo. Isso é, com efeito, o imperialismo. No entanto, o desenvolvimento combinado determina que essa não seja uma estrutura constante e imutável.” (Desai, 2015, p. 5-6, tradução nossa)

⁵ “O privilégio do atraso histórico — e tal privilégio existe — permite, ou melhor, impõe a adoção de tudo o que estiver pronto antes de uma determinada data, pulando toda uma série de etapas intermediárias.” (Trótski, 2000, p. 2, tradução nossa)

Nova Rota da Seda (NRS) é o exemplo maior, mas não único.

A NRS poderá desencadear profundos avanços para os países do Sul Global, numa lógica de desenvolvimento desigual e combinado, aprofundando dessa forma a multipolarização e, por consequência, a democratização do espaço internacional. Esse desenvolvimento combinado, como vimos, poderá se beneficiar dos profundos avanços no campo da ciência e tecnologia, permitindo aos países que foram historicamente condenados ao subdesenvolvimento não só recuperar com relativa rapidez a sua soberania, mas também encetar avanços quantitativos e qualitativos de grande importância. A multipolarização, enquanto processo de democratização do espaço internacional, apenas terá consequências se for capaz de pôr no centro a questão do desenvolvimento, a superação do valor e o progressivo aumento da produção voltada para a utilidade.

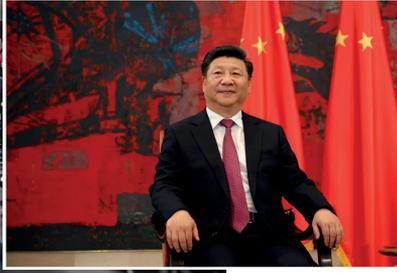
Ainda a propósito da ordem internacional, cremos ser importante referir a interpretação que supõe a existência de um metamodo de produção. É nessa proposta, de Elias Jabbour e Alberto Gabriele, que encontramos uma caracterização mais profunda da realidade contemporânea. Proposta essa que oferece um campo teórico dialético e histórico que permite situar o atual processo multipolar e o processo chinês de desenvolvimento. Está claro para ambos os autores que o modo de produção dominante é o capitalismo. Paralelamente a esse modo de produção (MP), existe uma “estrutura social parecida com um MP, embora mais abstrata e longeva historicamente do que o próprio MP capitalista” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 96). Essa situação histórica é caracterizada pela existência de um MP dominante em escala planetária e a coexistência de dois ou mais MPs em alguns países. A prevalência de um sobre o outro é algo indefinido e aplica-se também à escala global; o grau de liberdade de que cada MP desfruta é limitado pela prevalência do MP dominante (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 129). Os autores caracterizam o metamodo de produção (MMP) como a “produção de mercadorias e relações de produção e troca; a vigência da lei do valor e a existência de mercados; a extração, acumulação e investimento de excedente e a existência mutuamente compatível e complementar de dois macrossetores: o produtivo e o improdutivo” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 129). Pela lógica marxista, os modos de produção são historicamente determinados. Sua existência e superação são dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas, não num sentido mecanicista, mas dialético, havendo assim espaço para a construção de alternativas internas ao MMP⁶.

4. CHINA: A PARTICULARIDADE

A mediação entre o singular e o universal é feita pela particularidade do Estado chinês. Demos conta do processo histórico que culminou com a Revolução de 1949 e abordamos, ainda que de forma breve, alguns desenvolvimentos já durante o período revolucionário. O Estado chinês, sob a liderança do PCCh, tem procurado continuar o processo

⁶ “O MMP, fundado no mercado e na LV [lei do valor], não será superado no futuro previsível, pois corresponde intrinsecamente ao grau histórico e à forma de desenvolvimento das RSPT[s] [relações sociais de produção e troca] em nível global e da relação dos seres humanos com a natureza. No entanto, dizer que o MMP se baseia no mercado não quer dizer que ele seja sinônimo de capitalismo (muito menos da variante neoliberal). De fato, várias formas alternativas de sistemas sociais podem se desenvolver no âmbito do MMP, como fruto de vários fatores, inclusive análise científica e ação coletiva consciente. A experiência histórica confirma isso. Atualmente, as relações capitalistas de produção e troca e, portanto, de poder de classe, são dominantes ou hegemônicas em todo o mundo, mas a dominação não é completa, incontestável ou inevitável.” (Jabbour; Gabriele, 2022, p. 132)

Montagem



Os presidentes da China, Xi Jinping (acima), e dos EUA, Donald Trump (ao lado). Enquanto os Brics prosperam, investindo na indústria de alta tecnologia, a economia norte-americana patina, com queda nas bolsas e risco de recessão

desenvolvimentista e aprofundar a construção do socialismo, num quadro internacional que é marcado pela hegemonia do modo de produção capitalista, mas também pela emergência de novos polos de poder, com particular destaque para a China socialista. Importa, assim, também com o intuito de enquadrar a política externa chinesa, clarificar alguns pontos sobre a natureza do Estado chinês.

Se é natural que se fale em períodos diferentes do processo chinês, não devemos confundir essa distinção com caracterizações que tratam do período da reforma e abertura sem considerar o período maoísta. De um ponto de vista histórico e dialético, é certo que a atual fase do processo chinês decorre das políticas de industrialização iniciais, da reforma agrária, do fortalecimento do Exército, mas também da criação de um mercado de índole socialista, da abertura à tecnologia, financiamento externo e progressiva inserção na arena internacional. Foram sucessivas contradições que exigiram superação e que, em muitas questões, ainda se encontram numa mediação dialética com vista à sua superação.

É nesse ponto que pretendemos referir e utilizar o conceito de nova economia do projetamento (NEP). Importa, pois, traçar as origens da NEP, indo ao encontro de Ignácio Rangel e seu livro *Elementos de economia do projetamento*. Ao longo dessa obra, publicada em 1959, o autor, como referem Jabbour e Dantas (2021), demonstra a preocupação em encontrar a mediação entre custo e benefício. Ele próprio afirma que a “missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo” (Rangel, 2012, p. 430). O projetamento aparece, assim, numa lógica de racionalização da economia que consiste em atribuir utilidade a “coisas que não a tinham, ou acrescentar utilidade a coisas que já a tinham” (Rangel, 2012, p. 431). A utilidade⁷, em Rangel, é conceptualizada a partir da perspectiva de que uma coisa é útil quando permite sa-

⁷ Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), sobre Rangel e sua noção de utilidade, dizem: “O modo de produção [a] que ele propõe existência palpável é algo guiado de forma consciente e racional; é voltado à construção de valores de uso. A utilidade é a nova base para o cálculo econômico. Seus meios principais são o plano e o projeto.”

tisfazer as necessidades humanas, direta ou indiretamente: “Todo o cálculo econômico visa a pôr em evidência esse atributo das coisas, e podemos agora definir benefício e custo como a soma de utilidade contida respectivamente nos produtos e nos fatores.” (Rangel, 2012, p. 431) Em primeira e última instância, o projetamento deve procurar, a partir dessa noção de utilidade, introduzir constantes desequilíbrios:

Convém acentuar a noção — absolutamente indispensável para um projetamento com essa finalidade — de que os efeitos de cada projeto são, ao mesmo tempo, globais e específicos. É através de mudanças introduzidas no modo de operação de todas as unidades preexistentes que se alcança o efeito global, e essas mudanças representam, para todas e cada uma das empresas do sistema, um convite à mudança. O projeto de desenvolvimento é aquele que, por si e pelas mudanças induzidas nos outros, conduza ao resultado buscado da elevação da utilidade per capita. Não é, pois, perseguição do equilíbrio, mas introdução de causas de novos desequilíbrios de natureza especial (Rangel, 2012, p. 441).

Ainda a propósito do avanço tecnológico:

O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal — isto é, não mais tenham valor. Mas isso ocorreria precisamente em consequência da abundância de utilidades ao dispor da sociedade (Rangel, 2012, p. 482).

Essa afirmação de Rangel é particularmente relevante para compreender o surgimento da NEP na China e a importância do progresso da técnica. “É implícito que a China é parte deste esforço internacional para alcançar a fronteira da tecnologia. E a nova economia do projetamento tem essa distinção, pois sua existência é condicionada à absorção e à produção da técnica mais avançada existente no mundo.” (Jabbour; Dantas, 2021) A superação da produção voltada para o valor é, nessa consideração, uma questão intrinsecamente ligada ao nível de desenvolvimento das forças produtivas:

De forma menos abstrata, podemos conceber que o projeto chega ao planejamento [por] via [de] saltos de um desequilíbrio a outro até o momento em que a tecnologia se transforma em instrumento fundamental à atração que a razão pode exercer sobre o processo produtivo. Mantém-se uma lógica fundamental do processo de desenvolvimento: com a técnica elevando a patamares superiores a divisão social do trabalho, mudando — assim — a face do sistema (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

É precisamente a partir dessas observações centrais que a economia do projetamento é resgatada sob a forma da nova economia do projetamento. Seguindo a velha máxima de que às mudanças materiais devem corresponder mudanças no campo da teoria, encontramos na NEP, a partir da dinâmica do socialismo de mercado, uma resposta teórica que procura sintetizar a realidade sempre em mudança. O conhecimento do processo chinês de desenvolvimento nacional, à luz de novos conceitos — como o de nova economia do projetamento —, permite, por sua vez, que se considere a própria política externa chinesa em uma perspectiva anticolonial e popular (Silva, 2018). A política do governo de Hu Jintao marca o início de uma nova etapa para a China, que, nas palavras de Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), materializa-se na nova economia do projetamento,



<https://www.archdaily.com>

Com o objetivo de proteger a soberania do país, e aproveitando as experiências do Grande Salto para a Frente, desenvolveu-se na China uma política — a Terceira Frente — de criação de indústrias em zonas montanhosas do interior

uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos em quatro décadas de reformas econômicas. É linha de continuidade com [sic] as orientações intrínsecas às políticas — surgidas desde o mandato de Hu Jintao — de minoração das desigualdades sociais e regionais e de busca de conformação de um Estado de bem-estar social com características chinesas.

Portanto, a NEP surge como resposta às contradições. Ela é o resultado d planejamento central de 1949, mas também das reformas iniciadas em 1978. É uma síntese dialética de uma formação econômica e social de outro tipo, ou, se quisermos, de orientação socialista (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 24), na qual convivem diferentes modos de produção e o socialismo — a partir do poder político hegemônico do PCCh — conserva grande capacidade de decisão e influência.

Se considerarmos, por exemplo, a questão da utilidade e da racionalização dos processos produtivos, verificaremos que a partir da governação de Hu Jintao tem início um conjunto de políticas — sob a insígnia de “Olhar científico sobre o desenvolvimento” — que visam, precisamente, à renovação do modelo de desenvolvimento. É aquilo que Jabbour, Dantas e Espíndola (2020) identificam como destruição criativa:

A planificação da destruição criativa é uma poderosa categoria explicativa, base fundamental desta “nova economia do projetamento” que emerge na China. Eleva-se a divisão social do trabalho em todos os sentidos, subsumindo a circunstância do desemprego [por] via [da] ação humana de *planners* e milhares de profissionais envolvidos em grandes projetos dos mais variados tipos e disposição [sic].

Sucessivos desequilíbrios são introduzidos pelo avanço da técnica e a partir do planejamento. O encontro entre a economia do projetamento de Rangel e o processo que ocorre na China contemporânea reflete-se também naquilo que é a política externa do Estado

Pela natureza do metamodo de produção — em disputa, diga-se — a China é obrigada a adotar uma guerra de posição, isto é, a acumular forças produtivas e outros meios (a hegemonia, portanto), numa perspectiva de longo prazo e de forma gradual

chinês. A lógica inerente ao processo da RPC é formada historicamente no Sul Global, num país cercado, desde o primeiro momento, pelo imperialismo. Tal questão se tem mantido de forma consistente e ganha relevância renovada nos dias de hoje.

Importa também ter presente que a NEP é uma nova fase daquilo que é o socialismo de mercado⁸. Ela é, nas palavras de Jabbour, Dantas e Vadell (2021), uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos em quatro décadas de reformas econômicas. É,

portanto, num quadro de aprofundamento do processo de desenvolvimento nacional, motivado por contradições internas e fatores externos, que

a economia da NFES está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de financeirização, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos (abrindo amplos desafios e possibilidades à planificação) e das novas e superiores formas de planificação sendo gestadas e executadas em larga escala na China (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020).

A NEP é, assim, uma nova fase na construção socialista que não só mantém as características fundamentais — herdadas de 1949 — do planejamento central, como busca desenvolver novas capacidades e marcos institucionais de âmbito interno e externo. O Estado chinês aparece, assim, como uma formação econômica e social de novo tipo, algo que também se reflete na sua política externa:

Os movimentos recentes chineses, como “Um Cinturão, Uma Rota”, indicam a projeção e alcance internacional da nova economia do projetamento — sob a forma de execução e financiamento de dezenas de milhares de projetos em infraestruturas em todos os quadrantes do mundo — como contraponto progressista à financeirização e barbárie que acomete o mundo ocidental (Jabbour *et al.*, 2020).

Gramsci considerou que as mudanças nacionais precedem as mudanças no espaço internacional. Observou também, além da questão econômica e militar, que um país que represente o progresso no plano internacional pode se tornar hegemônico. A nossa tentativa

⁸ Sobre isso, Jabbour e Gabrielle (2021, p. 25) consideram que o socialismo de mercado, ou economia planificada de orientação socialista de mercado, apresenta: “mecanismos de mercado” baseados nos preços e na lei de valor; o papel relativo do planejamento e do controle estatal direto e indireto; e uma identificação, por parte do governo, da construção socialista a longo prazo.

de encontrar uma síntese visa precisamente relacionar as mudanças nacionais, o espaço internacional, a hegemonia e a multipolaridade. Vejamos, por partes.

5. EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

É a partir da particularidade do Estado chinês — sua natureza de formação social complexa, de orientação socialista — que encontramos a mediação entre a universalidade do modo de produção dominante e a singularidade da sua política externa, com destaque para a iniciativa Uma Rota, Um Cinturão, ou Nova Rota da Seda.

A questão universal é o metamodo de produção. É nessa realidade histórica que a China constrói o seu processo de desenvolvimento nacional. O tipo de formação socioeconômica que existe na RPC é uma particularidade histórica que vem sendo construída desde 1949 e corresponde a uma utilização das potencialidades que o mercado oferece combinada com o papel central dado ao planejamento econômico através do controle político. Podemos, assim, considerar a NRS como uma questão que só se torna compreensível se observada tanto pela ótica particular como pela universal. O processo chinês de desenvolvimento faz a mediação entre a NRS, ou a política externa chinesa, e o metamodo de produção.

No campo marxista, a hegemonia tem sido trabalhada como uma categoria de análise sobre o capitalismo e os Estados capitalistas. O caráter particular do Estado chinês deve levar à reflexão sobre como analisar a hegemonia, isto é, as relações que se estabelecem entre uma formação social complexa de novo tipo num quadro universal que é dominado pelo capitalismo. Uma hipótese é que esteja em formação, por parte de um Estado contra-hegemônico, um bloco histórico alternativo, visando à substituição da atual ordem internacional por outra. E, nesse caso, o bloco histórico seria constituído pela China e por outros países — nomeadamente os Brics+. É com base nessa questão que o conceito de nova economia do projetamento nos dá pistas importantes sobre futuras pesquisas em torno da política externa chinesa. Vale lembrar que as mudanças no espaço internacional são precedidas de mudanças no campo nacional. A consolidação da NEP na China poderá gerar mudanças progressivas no espaço internacional que gravita em seu torno. Mudanças nacionais de tal ordem⁹ têm naturalmente reflexo na realidade global. O estudo, portanto, deve prosseguir atentando para a evolução da NEP, das suas expressões internacionais e do processo multipolar em curso.

Guerra de posição ou guerra de movimento?¹⁰ Pela natureza do metamodo de pro-

9 O surgimento dos primeiros sinais de uma nova economia de projetamento indica uma mudança qualitativa na natureza da capacidade estatal da China de governar a economia nacional e impulsioná-la poderosamente por um caminho curto e holístico de desenvolvimento econômico e humano. Planejar torna-se cada vez mais uma ferramenta racional coletiva para harmonizar o presente e o futuro, prestando o devido respeito aos sinais do mercado de curto prazo, mas também moldando e construindo os mercados futuros, a fim de torná-los aliados eficazes no enfrentamento dos grandes desafios que não podem ser simplesmente identificados e pagos pelo preço imposto pelo mercado, entre eles a preservação do meio ambiente.

10 A fim de ressaltar a importância, para a política moderna, de movimentos, organizações civis e demais instrumentos de consenso, Gramsci recorre a metáforas militares, comparando-os com o papel desempenhado, na guerra moderna, pelos elementos não diretamente marciais: a situação econômica e demográfica de um país, a capacidade de sua diplomacia, seus meios de difusão de ideias e valores etc. Para o italiano, esses elementos cresciam de importância na guerra moderna, fazendo com que a guerra de movimento, mais pródiga na utilização de recursos militares, desse lugar à guerra de posição, em que mais importa o conjunto dos recursos que garantem a força e o prestígio de um país. Esses mesmos elementos de consenso também teriam ganho força nos processos políticos no interior das esferas nacionais.

dução — em disputa, diga-se — a China é obrigada a adotar uma guerra de posição, isto é, a acumular forças produtivas e outros meios (a hegemonia, portanto), numa perspectiva de longo prazo e de forma gradual. A expansão de um Estado capitalista para fora das suas fronteiras tem o nome de imperialismo, mas não procuramos descrever o Estado chinês como tal. E ainda que haja, de fato, uma expansão do Estado chinês, ela não obedece aos parâmetros que se verificaram ao longo da expansão capitalista de outros países. Afirma Kosik (1977, p. 198) que

a economia é o mundo objetivo dos homens e dos seus produtos sociais, e não o mundo objetivado do movimento social das coisas. O movimento social das coisas, que mascara as relações sociais dos homens e dos seus produtos, é uma forma determinada de economia, historicamente transitória. Enquanto existe tal forma histórica da economia, ou seja, enquanto a forma social do trabalho cria o valor de troca, existe também a mistificação real, prosaica, pela qual determinadas relações — nas quais entram os indivíduos no curso do processo produtivo da sua vida social — mostram-se sob um aspecto subvertido, como qualidades sociais das coisas.

Concebemos, a partir dessa passagem, mas também do conjunto da obra desse autor e de outros que aqui foram referenciados, a história a partir da sua transitoriedade e do fator fundamental que é a existência histórica, logo transitória, da lei do valor. A partir da lei do valor, da mais-valia, do lucro, da exploração do trabalho e das crises de superprodução e superacumulação capitalista, procuramos traçar um quadro geral do modo de produção capitalista. Referimos, também, que a multipolaridade se constituiu a partir dessas contradições e que o declínio da hegemonia ocidental é uma consequência direta da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Partimos também da ideia de que as contradições não são um entrave ao progresso. Elas constituem, em unidade dialética, um motor para a superação. A luta de classes é a expressão real e concreta da unidade dialética dos contrários e tem reflexos na ordem internacional. Essa unidade dialética de contrários encontra expressão naquilo que é apelidado de metamodo de produção (Jabbour; Gabrielle, 2022, p. 21-21), como uma realidade espaçotemporal em que capitalismo e socialismo disputam a hegemonia. As suas expressões concretas são diversas, sendo que uma delas é precisamente a Nova Rota da Seda — uma iniciativa que corporiza a formação social chinesa e transporta-a para um plano global. Mas a NRS é o resultado de um processo nacional de desenvolvimento. É o Estado chinês, com as suas características historicamente construídas (num país integrante do Sul Global), que se assume como uma mediação dialética. A fase atual do Estado chinês, como uma economia de planejamento, ou, como apelida Jabbour, nova economia do projetamento, corresponde, segundo nossas considerações, a uma nova racionalidade que é marcada pelo reconhecimento da tridimensionalidade do tempo humano¹¹.

A racionalização das relações internacionais, por via da hegemonia multipolar ou da multipolaridade, corresponde a uma consequência histórica do processo chinês de desen-

¹¹ Kosik (1977, p. 209) afirma que “só um ser que no trabalho supere o niilismo do desejo animal descobre o futuro como dimensão do próprio ser, no próprio ato em que se domina e se contém. No trabalho e por meio do trabalho o homem domina o tempo (enquanto o animal é dominado pelo tempo), pois um ser que é capaz de resistir a uma imediata satisfação do desejo e a contê-lo ‘ativamente’ faz do presente uma fundação do futuro e se serve do passado, isto é, descobre no seu agir a tridimensionalidade do tempo como dimensão do seu ser.”

Montagem



Cadernos do cárcere, obra em que o marxista italiano Antonio Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia

volvimento nacional. Por via da NRS, mas não só dela, o mundo multipolar constitui uma oportunidade para aprofundar o longo processo de transição, num quadro em que a lei do valor ainda guarda importância determinante. É a partir dessa nova racionalidade, fundada em questões objetivas e concretas, que a disputa por uma nova ordem internacional tem lugar. Uma nova racionalidade segundo a qual a mediação dialética — a luta de classes e suas expressões internacionais — ditará o rumo dos acontecimentos. A transição multipolar será apenas o início de uma longa jornada rumo a uma etapa de progresso e cooperação entre os povos. Caberá a um novo bloco histórico, em construção, a tarefa de edificar novas estruturas sobre a obra da “velha sociedade”.

Partimos do pressuposto de que no mundo atual as relações de hegemonia estão mantidas e não há previsão de que sejam extintas tão logo. Afinal de contas, elas têm origem na própria natureza do modo de produção capitalista. Perfilhamos o entendimento de que a China, pela sua história concreta e características particulares, constitui parte integrante de um conjunto de países que advogam uma ordem internacional multipolar, algo que é confirmado pelos discursos e comunicados do Estado chinês (Wang, 2024). Essas características particulares, herdeiras de uma tradição popular e anticolonial, como já referido, ganham um fôlego novo com o lançamento de grandes iniciativas, como a Nova Rota da Seda, que podem servir de base, e em grande parte já o fazem, para a construção de uma nova ordem internacional. Trata-se, assim, de um processo de conquista de hegemonia que aponta para uma multipolaridade que é, naturalmente, contra-hegemônica. Ela constitui-se a partir das contradições existentes para negar a velha ordem, procurando uma superação dialética que permita um espaço global mais democrático e justo, dando corpo às reivindicações do Sul Global que o espírito de Bandung não deixa esquecer.

Falamos em hegemonia multipolar por duas razões: 1) as características particulares¹² do Estado chinês não permitem antever que este venha a praticar uma política impe-

¹² É nessa particularidade do Estado chinês que se encontra também a resposta a teorias que apontam para a substituição da hegemonia dos EUA pela da RPC. Na verdade, a prática concreta ou discursiva permite refutar esse tipo de conclusão. Os dirigentes chineses têm reiterado, por diversas vezes, que a China é contra políticas hegemônicas.

Trata-se, assim, de um processo de conquista de hegemonia que aponta para uma multipolaridade que é, naturalmente, contra-hegemônica. Ela constitui-se a partir das contradições existentes para negar a velha ordem, procurando uma superação dialética que permita um espaço global mais democrático e justo, dando corpo às reivindicações do Sul Global que o espírito de Bandung não deixa esquecer

rialista que advogue a unipolaridade que tanto tem caracterizado a política estadunidense; 2) a própria natureza do mundo contemporâneo e os constrangimentos que o MMP cria não permitem que nenhum país reclame para si a capacidade de se impor aos outros. Mas as relações de hegemonia, como temos dito, ainda se mantêm, e a luta de classes em escala global¹³ é um fator fundamental a ter em conta. Assim, os partidários da multipolaridade e da ordem global democrática devem formar um bloco histórico e obter a hegemonia no espaço internacional para, por fim, negarem a velha ordem. Essa é uma consideração especulativa, mas que, à luz do caráter mutável do metamodo de produção, não deve ser desconsiderada.

Como referem Jabbour e Gabrielle (2022, p. 99), a superação da lei do valor não é algo previsível no momento, mas o MMP permite a existência de formações sociais de orientação socialista, e se estas — com destaque, atualmente, para a China — conseguirem progressivamente alcançar novos avanços, então será possível começar a falar na hegemonia do socialismo¹⁴, mas o momento atual é o da multipolaridade democrática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta contribuição para o estudo do socialismo real, procurou-se explorar o conceito de hegemonia a partir de uma leitura da nova economia do projetamento. O objetivo foi procurar uma aproximação teórica que permita conceber as relações de hegemo-

13 O cerco imperialista, cuja intensidade tem aumentado em relação à China, e não só contra ela, é expressão máxima dessa luta em escala global.

14 “As fundações duradouras, baseadas no mercado, do sistema internacional contemporâneo de relações comerciais e financeiras não impedem, por si sós, a exploração de caminhos de desenvolvimento não capitalistas. Do ponto de vista teórico, o progresso em direção ao socialismo é conceitualmente possível em um contexto em que as interações do mercado e a lei do valor mantêm substancialmente seu papel e validade, mesmo que percam progressivamente a hegemonia autoritária de que gozam atualmente.” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 50)

nia nesta época de transição multipolar, partindo da particularidade do processo chinês de desenvolvimento nacional. O estudo poderá ser aprofundado, no futuro, a partir da análise concreta de dados econômicos, militares e políticos — aquilo que se designa como *hard power* e *soft power* —, que compõem o centauro conhecido como hegemonia. Seria também pertinente uma análise mais profunda sobre o papel dos Brics, grupo que se amplia rapidamente, de forma a entender com maior precisão a multipolaridade nas suas contradições e totalidade.

* Doutorando em Ciência Política – ramo de Relações Internacionais – no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Mestre em Estudos Internacionais pelo ISCTE. Bolseiro de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM, China).

► Texto recebido em 23 de novembro de 2024; aprovado em 30 de janeiro de 2025.

ANTONIADES, Andreas. From “theories of hegemony” to “hegemony analysis” in international relations. **49th ISA Annual Convention**, San Francisco, v. 28, 2008.

_____. Hegemony and international relations. **International Politics**, v. 55, n. 5, p. 595-611, 2018.

BASTID-BRUGUIÈRE, Marianne. Currents of social change. In: FAIRBANK, John; LIU, Kwang-Ching. **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. v. 11, n. 2, p. 1800-1911.

BIELER, Andreas; BRUFF, Ian; MORTON, Adam David. Gramsci and “The International”: past, present and future. In: MCNALLY, Mark (Ed.). **Antonio Gramsci**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 137-155.

BRAMALL, Chris. **Chinese economic development**. New York: Routledge, 2008.

CHATTOPADHYAY, Paresh. **Marx’s associated mode of production: a critique of Marxism**, London, Palgrave Macmillan, 2016.

CHEN, Jie. Rapid urbanization in China: a real challenge to soil protection and food security. **Catena**, v. 69, n. 1, p. 1-15, 2007.

CHEN, Liding. Soil and water conservation on the Loess Plateau in China: review and perspective. **Progress in Physical Geography**, v. 31, n. 4, p. 389-403, 2007.

CHENG, Chu-yuan. **The economy of communist China (1949-1969)**. Michigan: Center for Chinese Studies, 1971.

CHOW, Tse-tung. **The May Fourth Movement: intellectual revolution in modern China**. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

DESAI, Radhika. Geopolitical economy: the discipline of multipolarity. **Valdai Papers**, v. 24, 2015.

DOMENICO Losurdo, filósofo da história, geógrafo do anticolonialismo. **Fundação Maurício Grabois**, 16 jul. 2018. Disponível em: <www.grabois.org.br/portal/artigos/154501/2018-07-16/domenico-losurdo-filosofo-da-historia-geografo-do-anticolonialismo>. Acesso em: 29 set. 2024.

DONG, Kang-Yin et al. A review of China’s energy consumption structure and outlook based on a long-range energy alternatives modeling tool. **Petroleum Science**, v. 14, n. 1, p. 214-227, 2017.

FAIRBANK, John; FEUERWERKER, Albert A. (Ed.). **The Cambridge history of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FEMIA, Joseph. Gramsci, Machiavelli and international relations. **The Political Quarterly**, v. 76, n. 3, p. 341-349, 2005.

FU, Bo-jie et al. Feature: environmental problems and challenges in China. **Environmental Science & Technology**, v. 41, n. 22, November 2007.

FUSARO, Lorenzo. **Crises and hegemonic transitions: from Gramsci’s “Quaderni” to the contemporary world economy**. Boston: Brill, 2019.

FUSARO, Lorenzo. Why China is different: hegemony, revolutions and the rise of contender states. In: ISHIKURA, Masao; SEONGJIN, Jeong; LI, Minqi. **Return of Marxian macro-dynamics in East Asia**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. p. 185-223.

GALASTRI, Leandro. A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, n. 23, p. 80-92, 2009.

GIACCHÉ, Vladimiro. Marx, the falling rate of profit, financialization, and the current crisis. **International Journal of Political Economy**, v. 40, n. 3, p. 18-32, 2011.

GILL, Stephen; LAW, David. Global hegemony and the structural power of capital. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 475-499, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci**. New York: International Publishers, 1971.

GROVE, Linda; ESHERICK, Joseph W. From feudalism to capitalism: Japanese scholarship on the transformation of Chinese rural society. **Modern China**, v. 6, n. 4, p. 397-438, 1980.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. London; Cambridge: Harvard University Press, 2001.

HU, Jintao. **Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China**. The Chinese Embassy in Nepal, October 15, 2007. Disponível em: <http://np.china-embassy.gov.cn/eng/Features/200711/t20071104_1579245.htm>. Acesso em: 14 fev. 2025.

- IVES, Peter; SHORT, Nicola. On Gramsci and The International: a textual analysis. **Review of International Studies**, v. 39, n. 3, p. 621-642, 2013.
- JABBOUR, Elias. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-18012011-103155>>. Acesso em: 12 set. 2024.
- _____; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos José. Considerações iniciais sobre a “nova economia do projeto”. **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 17-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instaurada pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 3, p. 90-105, 2021.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- KELLOGG, Paul. Geographies of capital accumulation: tracing the emergence of multi-polarity (1980-2014). In: DESAI, Radhika. **Theoretical engagements in geopolitical economy**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2015.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Lisboa: Dinalivro, 1977.
- LASEK, Elizabeth. Imperialism in China: a methodological critique. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, v. 15, n. 1, p. 50-64, 1983.
- LI, Xing; ZHANG, Shengjun. Interdependent hegemony: China’s rise under the emerging new world order. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 4, n. 2, p. 159-175, 2018.
- MANIATIS, Thanasis. Marxist theories of crisis and the current economic crisis. **Forum for Social Economics**, v. 41, n. 1, p. 6-29, 2012.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, tomo III. Lisboa: Edições Avante, 1997.
- MEISNER, Maurice. **Mao’s China and after: a history of the People’s Republic**. New York: The Free Press, 1986.
- MORTON, Adam David. Social forces in the struggle over hegemony: neo-Gramscian perspectives in international political economy. **Rethinking Marxism**, v. 15, n. 2, p. 153-179, 2003.
- _____. Waiting for Gramsci: state formation, passive revolution and The International. **Millennium**, v. 35, n. 3, p. 597-621, 2007.
- MOURA, José Barata. **Totalidade e contradição: acerca da dialética**. Lisboa: Edições Avante, 2012.
- MÜHLHAHN, Klaus. **Making China modern: from the Great Qing to Xi Jinping**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
- NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy**. Cambridge: MIT Press, 2007.
- PALÁCIO DE AZEVEDO, Fábio. Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e ilusão de desintermediação. **SER Social**, Brasília, v. 27, n. 56, p. 39-62, 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/55611. Acesso em: 22 mar. 2025.
- RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projeto. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 419-507.
- RUCKI, Sheila M. Global economic crisis and China’s challenge to global hegemony: a neo-Gramscian approach. **New Political Science**, v. 33, n. 3, p. 335-355, 2011.
- SHILLIAM, Robbie. Hegemony and the unfashionable problematic of primitive accumulation. **Millennium**, v. 33, n. 1, p. 59-88, 2004.
- TRÓTSKI, Leon. Peculiarities of Russia’s development. In: _____. **The history of the Russian Revolution**. [S.l.]: Marxists Internet Archive, 2000. v. 1.
- WANG, Yi. The historic step from peaceful coexistence to a shared future for humanity. **Ministry of Foreign Affairs the People’s Republic of China**, July 17, 2024. Disponível em: <www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202407/t20240717_11455444.html>. Acesso em: 21 out. 2024.
- WASSERSTORM, Jeffrey. **The Oxford history of modern China**. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- YILMAZ, Serafettin. China, historical blocs and international relations. **Issues and Studies**, v. 50, n. 4, p. 191-222, 2014.